



**TERMO DE REQUISITOS MÍNIMOS PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS (TRM) -  
Nº 14  
PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

**DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)**

**Base Legal:** Lei Federal nº 4.320/1964, Deliberações TCE/RJ nº 281/2017 e nº 312/2020, Decreto Municipal nº 12.918/2023 e Resolução 006/2023/CGM

**Objeto da solicitação:**

**Credor:**

**Período:**

**Valor:**

1-Os termos aqui requeridos são os mínimos necessários para a correta instrução do processo, não exaurindo a necessidade de instrução processual complementar e nem impeditivo para seu prosseguimento.

2-Havendo a necessidade de mais espaço para preenchimento das informações, elaborar uma Nota Explicativa e anexar a este TRM.

3-Nos casos em que o documento solicitado não for aplicável (N/A – Não Aplicável), justificar no espaço de conclusão ou caso seja necessário, o mesmo poderá ser feito em uma Nota Explicativa, sinalizando o referido item.

**INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

**Processo nº.:** , devidamente autuado e tramitado no Sistema de Protocolo do Município.

	<b>Requisitos Mínimos</b>	<b>FLS.</b>	<b>VL</b>
<b>1</b>	Solicitação do fiscal e/ou gestor do contrato para reempenho do saldo a pagar.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>2</b>	Cópia do contrato e termos aditivos (se houver) que originaram a despesa.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>3</b>	Extrato da publicação do contrato e termos aditivos (se houver) que originaram a despesa.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>4</b>	Notas Fiscais/Faturas atestadas por 2 (dois) servidores, contendo a identificação dos mesmos (nome, cargo e matrícula).	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>5</b>	Declaração dos Fiscais do contrato ou do responsável de que o objeto foi entregue/executado, nas condições estabelecidas no instrumento contratual.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>6</b>	Documentação atualizada de regularidade fiscal e trabalhista, conforme inciso IV do art. 27 e art. 29, da Lei 8.666/1993.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>7</b>	Pedido de Suplementação Orçamentária, requerida junto à Superintendência de Orçamento, quando for o caso.	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<b>8</b>	Cópia do Decreto de Encerramento do Exercício, caso o saldo do empenho tenha sido estornado por força do mesmo.	<input type="text"/>	<input type="text"/>



Estado do Rio de Janeiro  
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

**CONCLUSÃO:**

À Unidade de Controle Interno, dada a documentação apresentada, não foi detectado nenhum impedimento para prosseguimento do processo, conforme conclusão acima.

À Unidade de Controle Interno, dada a documentação apresentada, não foi detectado nenhum impedimento para prosseguimento do processo, conforme conclusão acima.

Angra dos Reis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Unidade Executora do Sistema de Controle Interno

À (Ao) , dada a documentação apresentada, não foi detectado nenhum impedimento para prosseguimento do processo, conforme conclusão acima.

À Unidade Executora do Sistema de Controle Interno, considerando a documentação apresentada, foi identificado a falta de elementos mínimos para instrução processual, devendo ser devolvido ao setor responsável para que seja sanado, conforme despacho contido às fls

Ao Ordenador de Despesas, considerando a documentação apresentada, foi identificado a falta de elementos mínimos para instrução processual, sendo assim, segue para manifestação sobre o rito processual a ser seguido, conforme despacho contido às fls

Angra dos Reis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Unidade de Controle Interno